

Memória, história, sentido: confrontações

Kamilly Barros de Abreu Silva

Refletir sobre o fazer historiográfico: eis a tarefa que está no cerne do debate atual da história e da historiografia. A preocupação expressa com os fundamentos da escrita histórica, supondo-os um elemento central para pensar o conhecimento produzido e suas conseqüências político-sociais, parece ter se tornado tarefa fundamental do historiador.

A omissão ou descaso em relação a estes pressupostos parece supor a crença numa história “em si”, auto-evidente. Narrá-la decorreria da existência do passado como dado positivo, composto de fatos comprováveis e capazes de legitimar como verídicas as narrativas construídas a partir dele. Esta concepção está intimamente ligada à afirmação de uma crença e de um projeto para a história como disciplina e ciência, num esforço de apresentá-la como narrativa fiel dos eventos passados, elidindo deste ato qualquer suposto de estar operando uma representação ou mesmo uma invenção.

Esta crença numa história que se confunde com o relato dos eventos passados fez com que esse passado viesse habitar espaços preservados do exercício da crítica, construindo o que o historiador Salgado Guimarães chama de uma “memória disciplinar”. As intrincadas relações tecidas entre memória e história estão presentes no momento de afirmação da disciplina numa disputa por se constituir em saber específico e particular.

Assim, reconhecer as tensões entre memória e história é tarefa fundamental para a historicização da prática de nosso ofício. Refletir sobre a memória e sobre as diversas formas com que se relacionou à história, torna-se forma de auto-refletir sobre a própria história.

O nascimento da história como disciplina científica não pode ser dissociado de um projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos para a pesquisa histórica espera-se obter um sentido de orientação para o futuro. História e memória estão assim articuladas estreitamente no processo de invenção das nações modernas. Da associação entre interesses nacionais e projeto científico nasceu uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da

história no processo de definição de sentidos. Esta cultura histórica problematizaria de forma cada vez mais intensa a relação passado/presente, agora separados por uma ruptura radical experienciada no que chamamos de modernidade. A integração do passado a partir de categorias como a de desenvolvimento e progresso poderia assegurar ao presente um sentido e um ponto de ancoragem, indicando os caminhos para o futuro.

Importa interrogarmo-nos acerca das condições de visibilidade que tornam o passado “origem” natural do presente. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico. Ela não deve ser encarada apenas como a forma que reveste um conteúdo, mas como parte do esforço poético de produção de sentido, constitutivo do próprio ofício do historiador. Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado. É preciso assumir um lugar, a partir do qual se articula uma fala.

Esta tarefa exige um grande esforço, pois implica em repensar os traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina e quebrar o espelho que parecia refletir um passado clara e objetivamente localizável a partir de um jogo de reflexos e projeções do presente. Reafirmar este ego do presente, que se perderia em tempos imemoriais do passado, foi certamente uma das tarefas políticas centrais da história disciplinar. Aprendemos com a história a construir identidades pelo viés da semelhança, reencontrando-nos sempre ao longo do passado visitado.

Assim, espaço de experiência e horizonte de expectativa articulam-se na constituição da cultura história oitocentista, inaugurando uma forma de conceber o passado. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a história é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças. Um novo espaço de experiência irá viabilizar uma percepção diversa do passado, não mais como modelo, cópia a ser imitada, mas como explicação da vida presente. “Domesticar e disciplinar como sinônimos de civilizar, com esta marca nasce nosso moderno sentido de história presente em sua forma disciplinar” (GUIMARÃES, 2003, p. 18). A história, como

narrativa coerente e interligada dos eventos passados, poderia fornecer uma chave explicativa para o conjunto de transformações. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, colocam-se as pretensas certezas da história asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Esta produção de sentido engendrada pela história, que naturaliza seus procedimentos e práticas e a própria relação com o tempo, pôde manter-se enquanto conseguiu fornecer respostas para um mundo em que a dúvida e a incerteza não podiam ser toleradas, em que era preciso domar um campo de experiência arredo para construir, no presente, um horizonte de expectativas minimamente controláveis.

A partir do século XX, especialmente com a eclosão das guerras mundiais, as bases civilizatórias e premissas culturais que conferiam ao pensamento histórico sua peculiar configuração não puderam mais sustentar-se. As experiências dominantes são críticas e traumáticas; precisam ser desenvolvidos novos modos de criação de sentido histórico para enfrentar o caráter catastrófico deste novo tempo. A medida das vivências e seu questionamento constituem a ausência de medida que se tornou possível. A história é forçada a abrir espaço, no contexto constitutivo de seu pensamento, para o contra-senso como qualidade vivenciada, para a não narratividade de vivências traumáticas. É preciso considerar a ausência de sentido das experiências, considerar a possibilidade do pensamento histórico não eliminar a falta de sentido, mas suportá-la e se esforçar por se orientar em critérios de sentido. É preciso ativar a memória de forma renovada para dar conta de um mundo que não só coloca em xeque as estratégias existentes até então, mas as questiona de forma radical.

Não é fortuito que a introdução do tema da memória na historiografia e sua valorização crescente no seio desta “coincida” com acontecimentos históricos “espetaculares” (como o Holocausto e as experiências de caráter limítrofe originadas nas práticas do terrorismo de Estado), que nos recolocam com ímpeto em face do passado experimentado como vencedor ao longo do denso século XX e de nossa própria identidade. Às dificuldades epistemológicas do conhecimento histórico para resolver o problema dos

aspectos obscuros ou só fragmentariamente inteligíveis do passado, parecem somar-se a urgência prática da constituição de uma significação para acontecimentos de complexas pervivências no presente. Nesta significação podem intervir tanto a memória como a história. Desta forma, este trabalho visa debruçar-se sobre o debate historiográfico que teve como desdobramento o aparecimento de novas noções que buscam dar conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos da memória. Para isso, elenquei alguns autores que vinculam a reflexão sobre a memória com uma auto-reflexão da história, em minha opinião a maneira mais fecunda de considerar os limites e possibilidades de cada uma destas instâncias.

A reflexão sobre a memória vinculada à auto-reflexão da história, parte do esforço de renovação da disciplina no século XX, questiona aspectos epistemológicos, normativos e práticos do conhecimento histórico, assim como o ofício do historiador: para além da observância de pautas e procedimentos de caráter formal, é preciso considerar aspectos ético-políticos intrínsecos à prática de reconstrução do passado. A vinculação proposta é espaço propício para delinear ferramentas analíticas adequadas para enfrentar uma série de questões do debate atual sobre a conformação e transmissão da(s) memória(s) coletiva(s).

Para realizar esta tarefa, a proposta do historiador argentino H. Sorgentini é resgatar a introdução da questão da memória no pensamento historiográfico a partir da obra de Marc Bloch (e sua recepção crítica da obra do sociólogo Maurice Halbwachs), estabelecendo seu papel como objeto e função prática da história e suas implicações na redefinição da disciplina em um sentido crítico da tradição. Para completá-la, acrescenta uma revisão de E. P. Thompson e Carlo Ginzburg, cujos desenvolvimentos no marco de novas aberturas teóricas, ao pôr em jogo distintos aspectos das relações entre memória, história e tradição, se tornam susceptíveis de ser lidos, fora de toda pretensão de reconstruir uma genealogia, como tematizações de questões afins em um registro de reflexão similar.

Os trabalhos de Bloch considerados por Sorgentini (resenha d’“Os quadros sociais da memória”, de Halbwachs, na *Revue de syntèese*; “A sociedade feudal”; “Apologia para a história ou o ofício do historiador”; *L’etrange défaite*”; vários ensaios reunidos ao longo dos

anos 20) constituem uma referência central para compreender o sentido em que uma reflexão crítica sobre as formas de transmissão da memória permeiam a reflexão sobre a história. A reflexão sobre a transmissão se une à pergunta pelo sentido da prática historiográfica, alcançando sua expressão mais clara na distinção dos problemas da legitimidade e da utilidade da história, em que a função de memória, pensada como um “ato de comunicação”, a partir da pergunta fundamental sobre a utilidade da história, se junta com a função de saber, construída a partir de uma redefinição da legitimidade orientada por sua vocação à compreensão. O imperativo de “compreender e não julgar”, a partir do qual se define a legitimidade, não implica em abandono da pergunta sobre a utilidade, mas alerta sobre as conseqüências da falácia de uma resolução do problema da função prática do conhecimento histórico, antepondo esta pergunta à outra sobre as credenciais com que a disciplina deve poder contar para encará-la efetivamente.

É curioso constatar que uma análise tão frutífera não “vingou” no campo historiográfico. O desenvolvimento e consolidação da Revista dos Annales não tenderam a remarcar a vinculação do estudo da memória com a auto-reflexão sobre a história. A tendência redutiva que considera a história como um “lugar de memória” mais entre outros tornou-se o caminho privilegiado para discorrer sobre o reconhecimento da dimensão de memória da história. Em geral, os trabalhos que tratam das relações história / memória realizam apenas uma observação geral sobre a vinculação entre Halbwachs e Bloch (quando a fazem) e remetem a Pierre Nora e sua obra coletiva *“Les lieux de mémoire”* para referir-se à exploração do tema na tradição francesa. Nora aceita, sem consideração de qualquer tratamento historiográfico prévio, a oposição entre memória e história traçada por Halbwachs, ignorando o registro particular em que a renovação historiográfica incorpora as aberturas teóricas proporcionadas pelas ciências sociais e associando toda concepção de memória como função prática da história com as funções de identidade e o sentido comemorativo próprios à concepção tradicional da disciplina – a que acrescentarei conservadora, amargurada e desesperançosa – mantida por este autor. É porque habitamos ainda nossa memória – tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da

modernidade – e não porque estejamos dela exilados que lhe consagramos lugares, cada vez mais numerosos e, freqüentemente, inusitados. Toda memória (individual ou coletiva) vale-se de lugares (concretos e/ou simbólicos) para mostrar-se. Este movimento lhe é intrínseco e não exterior, não podendo constituir uma noção cunhada historiograficamente.

Se em Bloch a crítica à concepção tradicional da função de memória da história se orientava a redefinir esta função articulando-a com a função de saber da disciplina, em Thompson a introdução da recuperação da(s) experiência(s) em torno do problema da subjetividade na história gera uma nova inflexão, redefinindo o problema da(s) tradição(ões) e extraindo novas conseqüências a respeito da função prática da história, a partir da exploração das tensões entre tradição e conhecimento científico / crítico, historiografia e teoria, valorização e objetividade.

A focalização thompsoniana na “experiência” habilita uma reconsideração da tradição como substrato da constituição da subjetividade no contexto de uma formulação em que a intenção reconstrutiva do historiador implica uma opção ao mesmo tempo epistemológica e ético-política capaz de resituar os termos da oposição traçada por Bloch entre tradição e espírito histórico e reformular a antítese entre juízo e compreensão sobre a qual este autor definia a legitimidade da prática historiográfica.

Thompson engendra uma outra concepção para tradição, que implica em corrigir o sentido de permanência fixa que sugere a palavra, considerando o costume como um espaço de luta, um campo de mudança e embate, uma discussão em que interesses opostos fazem reivindicações contrárias, onde formas conservadoras aliam-se a conteúdos potencialmente transformadores. As considerações ético-políticas sobre o trabalho do historiador tornam-se centrais para definir o marco de uma explicação histórica frutífera dos aspectos mutantes da tradição.

A obra do historiador italiano Carlo Ginzburg promove uma ampliação e pluralização do objeto da história “dos de baixo”. Ao manter a intenção de reconstruir a história das classes subalternas e ao assumir os desafios teóricos propostos pelas novas correntes (principalmente a questão dos aspectos narrativos da historiografia), alguns

desenvolvimentos centrais de sua obra permitem dar conta de uma nova inflexão no registro da vinculação entre reflexão sobre a memória e auto-reflexão da prática historiográfica.

O avanço em relação a Thompson se dá pela assunção de que todas as instâncias do processo de investigação histórica são construídas. Este reconhecimento constitui o cerne do questionamento dos aspectos insuficientes e distorcidos do quadro geral do passado resultante dos modelos de história total consolidados na segunda geração dos *Annales*. O rechaço à totalidade é concebido a partir de uma postura radical que, problematizando a intervenção do historiador em todas as instâncias da construção do conhecimento, não renega o objetivo universalista que fundamenta sua prática. Junto com o reconhecimento do papel do historiador e dos componentes narrativos da história, reafirma o papel normativo das noções de verdade e prova, sustentando uma posição crítica frente ao relativismo moral e ceticismo cognoscitivo das correntes contemporâneas orientadas a conceber a realidade como construção discursiva e a reduzir o saber histórico a seus aspectos retóricos.

O autor constata os limites da história para dar conta da experiência que a memória é capaz de evocar. Para ele, a memória estabelece um nexo direto com a *res gestae* e é irredutível à história. A postulação desta irredutibilidade leva a história a apresentar-se explicitamente como uma perspectiva auto-consciente de seus limites: se, frente à experiência do passado, às vezes a memória diz mais que a história, frente a outras perspectivas que buscam abarcar o fenômeno da memória, a história se revela como uma perspectiva que apresenta sólidas credenciais teóricas e epistemológicas para sua efetiva abordagem.

O historiador alemão Jörn Rüsen, que trata a relação história/memória no mesmo registro, argumenta que o caráter catastrófico de nosso tempo precisa ser enfrentado através de novos modos de criação de sentido. Os inomináveis crimes do século exigem mudanças no nível das categorias do pensamento histórico. Lembrar e narrar não podem ser simplesmente pressupostos como base antropológica do trabalho científico com a história, mas precisam ser repensados de forma meta-histórica; precisam ser reconhecidas

como base também pelo trabalho historiográfico científico profissionalmente organizado. A oposição memória/história como prática cognitiva da pesquisa histórica deve ser abandonada e substituída pelo reconhecimento de uma complexa relação de constituição e condicionamento recíprocos. Lembrança constitui história. Sem as fontes de sentido da lembrança e suas práticas narrativas simbólica e lingüisticamente articuladas, os procedimentos teóricos e metodológicos do pensamento histórico profissional ficariam sem base. Eles não estariam enraizados na vida, não teriam fontes de inspiração para questionamentos e interpretações e lhes faltariam ferramentas configuradoras de uma perspectivação histórica. A história, de sua parte, como campo do pensamento metodológico, pode influenciar a lembrança e, no mínimo, assume frente a ela uma função crítica que possibilita uma experiência de controle metodológico. É preciso recorrer a uma forma aberta da interpretação e da representação históricas, isto é, a admissão por parte dos procedimentos metodológicos e da representação historiográfica dos resultados da pesquisa de que as perspectivas de interpretação utilizadas e as formas de representação não conseguem dar conta dos fatos abordados, apontando para uma ruptura “insanável” na relação entre passado, presente e futuro.

Considero as contribuições dos autores abordados extremamente fecundas para o exercício de debruçarmos-nos sobre nosso ofício a partir da reflexão sobre a memória e, com isso, dar visibilidade ao lugar que a escrita histórica ocupa, onde, despida de seus véus, revela-se mundana, no sentido de profundamente ligada à vida e à experiência do tempo. As noções de condicionamento recíproco e de limite (do conhecimento histórico em relação à significação do vivido) me são especialmente caras. Como nos posicionar frente a este limite? Será preciso recuar diante dele? Ou é possível ultrapassá-lo, recorrendo a outras dimensões da memória? Creio que revelar o fazer historiográfico exige não apenas a revisão e historicização das relações história/memória que puderam se estabelecer, mas também o questionamento do olhar que a historiografia lança à memória, a historicização da própria visão da história acerca dela.